



Ofício das Baianas de Acarajé

Livro de Registro dos Saberes

O Ofício das Baianas de Acarajé, em Salvador, Bahia, consiste em uma prática tradicional de produção e venda em tabuleiro das chamadas comidas de baiana ou comidas de azeite, em que se destaca o acarajé, um bolinho de feijão fradinho, frito no azeite de dendê.

A feitura do acarajé foi trazida pelas escravas negras no período colonial e tem sido reproduzida no Brasil há vários séculos. Na maior parte do tempo foi transmitida oralmente por sucessivas gerações. O acarajé era comercializado no período colonial pelas chamadas escravas de ganho ou negras libertas, proporcionando a sobrevivência dessas últimas após a abolição da escravatura. No decorrer dos séculos essa comida, que teve uma origem sagrada, associada ao culto de divindades do candomblé, passou a marcar toda a sociedade baiana como um valor alimentar integrado à culinária regional.

O acarajé, com seus recheios habituais, além do abará, acaçá, fato, bolinho de estudante, cocadas, bolos, mingaus, são vendidos em tabuleiros instalados pelas baianas em lugares que lembram os antigos cantos, pontos dos escravos que comercializavam produtos no período colonial. Atualmente, os grupos sociais que vendem as comidas de baiana são compostos por filhas de santo, no contexto religioso do candomblé e por baianos e baianas de acarajé, no contexto da comercialização como meio de vida.

Os elementos essenciais do Ofício das Baianas de Acarajé compreendem os rituais envolvidos na produção do acarajé, na arrumação do tabuleiro e na preparação do lugar onde as baianas se instalam; os modos de fazer as comidas de baiana; o uso do tabuleiro para venda das comidas; a comercialização informal em logradouros, feiras e festas de largo; o uso da indumentária própria das baianas, como marca distintiva de sua condição social e religiosa, presente especialmente nos panos da costa, nos turbantes, nos fios de contas e outras insígnias.

O pedido de Registro do Ofício das Baianas de Acarajé em Salvador, Bahia, foi solicitado pela Associação de Baianas de Acarajé e Mingau do Estado da Bahia, juntamente com o Centro de Estudos Afro-Orientais de Universidade Federal da Bahia e o Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá. Foi



inscrito no Livro dos Saberes, como patrimônio cultural brasileiro, em 10 de dezembro de 2004, a partir da decisão proferida na 45ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada em 1º de dezembro de 2004.